



AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 102/2026 PROCESSO SAP 22969/2026

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL (SEJURI) torna público que, por meio do FUNDO ROTATIVO REGIONAL DO VALE DO ITAJAÍ (FR-04), realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço por item, na hipótese do Art. 75, inciso II nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Estadual n.º 30, de 17 de fevereiro de 2023 e demais legislações aplicáveis.

Período para entrega de proposta e envio de lances: 08/05/2026 10:00:00 até 14/05/2026 10:00:00

1. OBJETO:

O objeto da presente dispensa eletrônica é a aquisição de itens de informática, conforme condições, quantidades e especificações exigidas neste aviso e anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA	UN	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	NOBREAK 1000VA SENOIDAL , Nobreak monofásico, potência nominal de 1000VA, topologia interativa (line interactive), forma de onda senoidal ou senoidal por aproximação, entrada bivolt automático (127V/220V), saída 127V, mínimo de 06 tomadas padrão NBR 14136, com baterias internas seladas do tipo VRLA, estabilizador e filtro de linha integrados.	UNIDADE	03	R\$ 1.190,08	R\$ 3.570,24
02	NOBREAK 1500VA SENOIDAL COM EXPANSÃO Nobreak monofásico; Onda Senoidal Pura ; potência 1500VA; entrada bivolt automático 127V/220V; saída 127V; mínimo de 06 tomadas; obrigatório possuir conector tipo engate rápido para expansão de bateria externa ; gabinete com ventilação forçada.	UNIDADE	04	R\$ 1.460,76	R\$ 5.843,0
03	NOBREAK 2200VA SENOIDAL PROFISSIONAL Nobreak monofásico; Onda Senoidal Pura ; potência 2200VA; entrada bivolt automático 115V/127V/220V; saída 127V; mínimo de 07 tomadas (sendo ao menos uma de 20A); obrigatório conector tipo engate rápido (padrão Anderson) para	UNIDADE	03	R\$ 2.990,19	R\$ 8.970,57



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E REINTEGRAÇÃO SOC
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO VALE DO ITAJAÍ
COORDENAÇÃO DO FUNDO ROTATIVO E LICITAÇÃO

	módulos de bateria externa; transformador isolador e proteção contra surtos de tensão.				
04	NOBREAK 3000VA SENOIDAL (HIGH-END) Nobreak de alto desempenho; Onda Senoidal Pura ; potência 3000VA; entrada bivolt automático; saída bivolt configurável ou 115V; mínimo de 07 tomadas; suporte a formato Torre ou Rack 19"; visor LCD frontal com status de carga e bateria; gerenciamento inteligente de bateria e conector para expansão de autonomia externa.	UNIDADE	02	R\$ 4.925,27	R\$ 9.850,54
05	BATERIA VRLA 7Ah Bateria chumbo-ácida selada regulada por válvula (VRLA); recarregável; 12V / 7Ah; livre de manutenção; dimensões aproximadas (A x C x L): 9,5 cm x 15,1 cm x 6,5 cm. Compatível com Nobreaks TS Shara/SMS/NHS.	UNIDADE	04	R\$ 175,33	R\$ 701,32
06	BATERIA VRLA 18Ah Bateria chumbo-ácida selada (VRLA); 12V / 18Ah; terminal tipo parafuso e porca; dimensões aproximadas (A x C x L): 16,7 cm x 18,1 cm x 7,7 cm. Alta confiabilidade e descarga profunda.	UNIDADE	04	R\$ 224,33	R\$ 897,32
07	MÓDULO DE BATERIA ESTACIONÁRIA (KIT AUTONOMIA) Módulo externo de baterias em gabinete metálico; equipado com *Baterias Estacionárias de Ciclo Profundo (mínimo de 45Ah cada); totalizando tensão nominal compatível com os nobreaks solicitados (24V ou 48V conforme o modelo); inclui cabo de conexão de engate rápido (tipo Anderson).	UNIDADE	02	R\$ 4.056,80	R\$ 8.113,61
08	HD INTERNO 4TB CMR (SERVIDORES/NAS) Disco Rígido Interno; capacidade 4TB; interface SATA III (6Gb/s); 3.5 polegadas; tecnologia de gravação *CMR (Conventional Magnetic Recording) ; próprio para uso contínuo 24/7 em sistemas NAS ou	UNIDADE	02	R\$ 1.256,22	R\$ 2.512,44



	Servidores				
09	SSD INTERNO 120GB Unidade de estado sólido (SSD); capacidade 240GB; interface SATA III; taxa de leitura mínima de 500MB/s.	UNIDADE	12	R\$ 250,52	R\$ 3.006,24
10	MEMÓRIA RAM 8GB DDR4 Módulo de memória RAM; capacidade 8GB; tecnologia DDR4; frequência mínima de 2666MHz; voltagem 1.2V.	UNIDADE	04	R\$ 673,46	R\$ 2.693,84
11	MEMÓRIA RAM 16GB DDR4 Módulo de memória RAM; capacidade 16GB; tecnologia DDR4; frequência mínima de 3200MHz; voltagem 1.2V.	UNIDADE	04	R\$ 1.662,68	R\$ 6.650,72
TOTAL				R\$ 52.809,88	

1. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA:

1.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará no Módulo de Dispensa Eletrônica do Sistema WebLic, disponível no endereço eletrônico: <https://cotacao.licitacao.sc.gov.br/#/login>

1.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Estado de Santa Catarina, para acesso ao sistema e operacionalização.

1.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

1.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

1.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Dispensa Eletrônica e seu(s) anexo(s);

1.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receberecitação e responder administrativa ou judicialmente;

1.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

1.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

1.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

1.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3. CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL E DISPUTA

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Dispensa Eletrônica, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este aviso de dispensa, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.6. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.7. A partir do horário e data estabelecidos neste Aviso de Dispensa Eletrônica, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

3.8. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

3.9. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

3.9.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos

como “lances intermediários”.

3.10. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

3.11. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



3.12. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

3.13. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

3.13.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

4.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

4.2. A Administração poderá negociar condições mais vantajosas.

4.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

4.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

4.5.1. contiver vícios insanáveis;

4.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

4.5.3. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

4.5.4. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

4.6. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

4.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

4.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

4.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

4.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

4.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

5. HABILITAÇÃO

5.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam TERMO DE REFERÊNCIA e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

5.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo



Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

5.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

5.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.2.2.1.1. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

5.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do CCF, nos documentos por ele abrangidos.

5.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do CCF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

5.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

5.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Dispensa Eletrônica e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

5.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

5.7. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

5.7.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

5.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

6. CONTRATAÇÃO

6.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou Autorização de Fornecimento ou emitido instrumento equivalente.

6.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

6.2.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;



6.2.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos;

6.2.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

6.3. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

7. SANÇÕES

7.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

7.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

7.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

7.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

7.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

7.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

7.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

7.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

7.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

7.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 7.1.1 deste Aviso de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 5 % (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 7.1.1 a 7.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 7.1.2 a

7.1.7 deste Aviso de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.1.8 a 7.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.3.2. as peculiaridades do caso concreto;



7.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

7.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Dispensa Eletrônica, em hipótese alguma, excluem a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

7.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e

decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

7.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A participação na presente dispensa eletrônica implica na aceitação integral e irrevogável de todas as condições exigidas neste aviso e dos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;

8.2 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

8.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

8.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

8.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

8.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

8.3 As providências dos subitens 8.2.1 e 8.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

8.4 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Dispensa Eletrônica, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

8.5 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E REINTEGRAÇÃO SOC
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO VALE DO ITAJAÍ
COORDENAÇÃO DO FUNDO ROTATIVO E LICITAÇÃO

8.6 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

8.7 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

8.8 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.9 As normas disciplinadoras deste Aviso de Dispensa Eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

8.10 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

8.11 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Dispensa Eletrônica e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

8.12 Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

8.13 Integram este Aviso de Dispensa Eletrônico, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência.

Itajaí, data da assinatura eletrônica.

(documento assinado digitalmente)

Anderson Luiz Teodoro

Superintendente Regional do Vale do Itajaí



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO VALE DO ITAJAÍ
FUNDO ROTATIVO REGIONAL DO VALE DO ITAJAÍ FR-04

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA – Aquisição de Bens e Contratação de Serviços Comuns

Processo SGP-e SEJURI 22969/2026

ÓRGÃO SOLICITANTE

FUNDO ROTATIVO REGIONAL DO VALE DO ITAJAÍ FR-04 mediante requisição das unidades vinculadas a SR04.

1. OBJETO

Aquisição de itens de informática.

1.1. Especificações e quantidades ou descrição dos serviços

ITEM	CÓDIGO Material/Serviço	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	504224298	NOBREAK 1000VA SENOIDAL , Nobreak monofásico, potência nominal de 1000VA, topologia interativa (line interactive), forma de onda senoidal ou senoidal por aproximação, entrada bivolt automático (127V/220V), saída 127V, mínimo de 06 tomadas padrão NBR 14136, com baterias internas seladas do tipo VRLA, estabilizador e filtro de linha integrados.	UNIDADE	03
02	504224285	NOBREAK 1500VA SENOIDAL COM EXPANSÃO Nobreak monofásico; Onda Senoidal Pura ; potência 1500VA; entrada bivolt automático 127V/220V; saída 127V; mínimo de 06 tomadas;		04



		obrigatório possuir conector tipo engate rápido para expansão de bateria externa; gabinete com ventilação forçada.		
03	504224286	NOBREAK 2200VA SENOIDAL PROFISSIONAL Nobreak monofásico; Onda Senoidal Pura ; potência 2200VA; entrada bivolt automático 115V/127V/220V; saída 127V; mínimo de 07 tomadas (sendo ao menos uma de 20A); obrigatório conector tipo engate rápido (padrão Anderson) para módulos de bateria externa; transformador isolador e proteção contra surtos de tensão.		03
04	504220636	NOBREAK 3000VA SENOIDAL (HIGH-END) Nobreak de alto desempenho; Onda Senoidal Pura ; potência 3000VA; entrada bivolt automático; saída bivolt configurável ou 115V; mínimo de 07 tomadas; suporte a formato Torre ou Rack 19"; visor LCD frontal com status de carga e bateria; gerenciamento inteligente de bateria e conector para expansão de autonomia externa.		02
05	504221169	BATERIA VRLA 7Ah Bateria chumbo-ácida selada regulada por válvula (VRLA); recarregável; 12V / 7Ah; livre de manutenção; dimensões aproximadas (A x C x L): 9,5 cm x 15,1 cm x 6,5 cm. Compatível com Nobreaks TS Shara/SMS/NHS.		04
06	504224287	BATERIA VRLA 18Ah Bateria chumbo-ácida selada (VRLA); 12V / 18Ah; terminal		04



		tipo parafuso e porca; dimensões aproximadas (A x C x L): 16,7 cm x 18,1 cm x 7,7 cm. Alta confiabilidade e descarga profunda.		
07	504224288	MÓDULO DE BATERIA ESTACIONÁRIA (KIT AUTONOMIA) Módulo externo de baterias em gabinete metálico; equipado com *Baterias Estacionárias de Ciclo Profundo (mínimo de 45Ah cada); totalizando tensão nominal compatível com os nobreaks solicitados (24V ou 48V conforme o modelo); inclui cabo de conexão de engate rápido (tipo Anderson).		02
08	125334005	HD INTERNO 4TB CMR (SERVIDORES/NAS) Disco Rígido Interno; capacidade 4TB; interface SATA III (6Gb/s); 3.5 polegadas; tecnologia de gravação *CMR (Conventional Magnetic Recording) ; próprio para uso contínuo 24/7 em sistemas NAS ou Servidores		02
09	125334013	SSD INTERNO 120GB Unidade de estado sólido (SSD); capacidade 240GB; interface SATA III; taxa de leitura mínima de 500MB/s.		12
10	79588060	MEMÓRIA RAM 8GB DDR4 Módulo de memória RAM; capacidade 8GB; tecnologia DDR4; frequência mínima de 2666MHz; voltagem 1.2V.		04
11	79588055	MEMÓRIA RAM 16GB DDR4 Módulo de memória RAM; capacidade 16GB;		04



		tecnologia DDR4; frequência mínima de 3200MHz; voltagem 1.2V.		
--	--	---	--	--

1.2. Da natureza do objeto

(X) Não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto n.º 2.355, de 16 de dezembro de 2022

(X) Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características e especificações usuais de mercado.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Transcrição da justificativa apresentada pelo Setor Requerente, conforme item 3 do Documento de Formalização da Demanda:

I. Motivo / Finalidade / Necessidade da Contratação

A contratação dos equipamentos de tecnologia da informação — nobreaks, baterias estacionárias, discos rígidos (HD) e unidades de estado sólido (SSD) — visa assegurar a adequada sustentação da infraestrutura tecnológica das unidades, garantindo condições mínimas para o funcionamento contínuo e seguro dos sistemas institucionais.

A aquisição dos nobreaks e baterias tem por objetivo proteger os equipamentos contra falhas e oscilações no fornecimento de energia elétrica, evitando desligamentos abruptos, danos aos dispositivos e interrupções nas atividades operacionais. Já os dispositivos de armazenamento (HD e SSD) destinam-se à ampliação e reposição da capacidade de armazenamento de dados, proporcionando maior desempenho, confiabilidade e integridade das informações utilizadas no âmbito institucional.

A ausência desses recursos compromete diretamente a execução das atividades administrativas e operacionais, podendo ocasionar perda de dados, indisponibilidade de sistemas e prejuízos à continuidade dos serviços prestados. Nesse contexto, a aquisição proposta mostra-se adequada para manter a eficiência, a segurança e a estabilidade do ambiente tecnológico.

II. Justificativa de solicitação da compatibilidade com as marcas TS Shara e NHS

A indicação de baterias originais ou compatíveis com as marcas TS Shara e NHS justifica-se pela necessidade de assegurar a plena compatibilidade técnica com os nobreaks já existentes na unidade.



Esses equipamentos possuem especificações próprias de funcionamento, especialmente quanto a tensão, capacidade e características construtivas das baterias, sendo essencial que os componentes utilizados atendam a tais requisitos para garantir o desempenho adequado.

A utilização de baterias compatíveis com as referidas marcas contribui para evitar falhas de funcionamento, redução da autonomia, riscos de danos aos nobreaks e possíveis prejuízos à segurança dos equipamentos conectados. Além disso, tal medida favorece a padronização do parque tecnológico, facilitando a manutenção, reposição de peças e gestão dos ativos.

Dessa forma, a exigência por baterias originais ou tecnicamente compatíveis não restringe a competitividade do certame, mas sim assegura a confiabilidade, eficiência e vida útil dos equipamentos, atendendo ao interesse público e à continuidade dos serviços.

III. Critério para a Definição dos Quantitativos

Os quantitativos foram definidos com base no levantamento realizado junto às unidades vinculadas à SR04.

IV. Beneficiários Diretos

Os beneficiários da contratação abrangem, de forma direta, as unidades vinculadas à SR04, cujas atividades dependem do adequado funcionamento da infraestrutura tecnológica, bem como os servidores que utilizam os equipamentos no desempenho de suas funções.

De forma indireta, a contratação também beneficia a Administração como um todo, ao assegurar maior estabilidade, segurança e continuidade dos sistemas institucionais, refletindo na melhoria da prestação dos serviços e no atendimento às demandas operacionais.

V. Resultados Pretendidos

Com a contratação, pretende-se assegurar maior estabilidade e continuidade no funcionamento da infraestrutura tecnológica, reduzindo significativamente o risco de interrupções causadas por falhas no fornecimento de energia elétrica e por limitações de armazenamento de dados.

Espera-se, ainda, aumentar a segurança das informações institucionais, minimizando perdas de dados e danos a equipamentos, bem como melhorar o desempenho dos sistemas por meio da utilização de dispositivos de armazenamento mais eficientes.

Como resultado, busca-se maior confiabilidade no ambiente de TI, otimização das atividades operacionais e administrativas, além de maior eficiência na prestação dos serviços, garantindo suporte adequado às demandas das unidades vinculadas à SR04.

VI. Substituição de Contrato Vigente

Não se aplica



3. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

3.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP?

() Sim

(X) Não

3.2. Critério de Julgamento:

(X) Menor preço

() Maior desconto

3.3. Haverá necessidade de vistoria prévia (visita técnica)?

() Vistoria facultativa

(X) Não será exigida vistoria.

3.4. Será admitida a participação de consórcios?

(X) Não

() Sim

Caso não seja admitida, apresentar justificativa:

A vedação à participação de consórcios de empresas no presente procedimento licitatório não compromete a competitividade da licitação. A participação em consórcios é recomendável, via de regra, quando o objeto licitado apresentar alta complexidade técnica ou vultoso valor econômico, o que não se verifica no caso em análise.

A admissão de consórcios em contratações de baixa complexidade e menor valor estimado pode, ao contrário, prejudicar o princípio da competitividade, uma vez que autoriza, indevidamente, a união de empresas que poderiam competir entre si de forma autônoma. Tal prática configura, por via transversa, uma redução artificial do universo competitivo, contrariando o interesse público na obtenção da proposta mais vantajosa e violando os princípios da isonomia, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa.

3.5. Será admitida a subcontratação?

(X) Não

() Sim

3.6. Do agrupamento de itens em lotes



A aquisição/contratação se dará em lotes?

(X) Não

() Sim

4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Serão exigidos documentos adicionais juntamente com a proposta de preços (para análise da equipe técnica na fase de julgamento da proposta final de preços):

() Não

(X) Sim

Se sim, quais?

Será definido de acordo com a necessidade do agente de contratação.

4.2. Será exigido amostra do(s) produto(s)/demonstração do(s) serviço(s):

(X) Não

() Sim

4.3. Será exigida Prova de Conceito (PoC)?

(X) Não

() Sim

4.4. Será exigida carta de solidariedade?

(X) Não

() Sim

4.5. Será exigida garantia de proposta?

(X) Não

() Sim

5. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

5.1. Habilitação Jurídica



- 5.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 5.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 5.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 5.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 5.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 5.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 5.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 5.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 5.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 5.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



5.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

5.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

- Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

5.3. Qualificação econômico-financeira

5.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

5.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

5.4. Da garantia e da instalação conforme orientações do fabricante

A empresa vencedora deverá realizar a instalação dos aparelhos de ar-condicionado em estrita observância às especificações técnicas, normas e orientações do fabricante da marca dos equipamentos, utilizando procedimentos, materiais e métodos adequados para esse tipo de instalação. A instalação deverá ser executada de forma a preservar integralmente a garantia de fábrica dos equipamentos, sendo de responsabilidade da contratada assegurar que todos os serviços sejam realizados em conformidade com as recomendações técnicas do fabricante.

Caso a instalação realizada em desacordo com tais orientações resulte na perda ou comprometimento da garantia do equipamento, a contratada ficará responsável pelos eventuais prejuízos decorrentes,



inclusive reparo, substituição ou quaisquer providências necessárias ao pleno funcionamento do aparelho, sem ônus para a Administração.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Prazo de entrega/execução

Até **30 (trinta)** dias contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

6.2. Local, horário e endereço de entrega

PENITENCIÁRIA MASCULINA DE ITAJAÍ

DESCRIÇÃO RESUMIDA	QUANTIDADE
NOBREAK 1000VA SENOIDAL Nobreak monofásico; topologia Interativo; Onda Senoidal Pura ; potência 1000VA; entrada bivolt automático 127V/220V; saída 115V ou 127V; mínimo de 06 tomadas de saída (padrão NBR 14136); bateria interna 12V/7Ah (VRLA); estabilizador e filtro de linha integrados.	03
BATERIA VRLA 7Ah Bateria chumbo-ácida selada regulada por válvula (VRLA); recarregável; 12V / 7Ah; livre de manutenção; dimensões aproximadas (A x C x L): 9,5 cm x 15,1 cm x 6,5 cm. Compatível com Nobreaks TS Shara/SMS/NHS.	04
BATERIA VRLA 18Ah Bateria chumbo-ácida selada (VRLA); 12V / 18Ah; terminal tipo parafuso e porca; dimensões aproximadas (A x C x L): 16,7 cm x 18,1 cm x 7,7 cm. Alta confiabilidade e descarga profunda.	04
HD INTERNO 4TB CMR (SERVIDORES/NAS) Disco Rígido Interno; capacidade 4TB; interface SATA III (6Gb/s); 3.5 polegadas; tecnologia de gravação *CMR (Conventional Magnetic Recording) ; próprio para uso contínuo 24/7 em sistemas NAS ou Servidores	01
SSD INTERNO 120GB Unidade de estado sólido (SSD); capacidade 240GB; interface SATA III; taxa de leitura mínima de 500MB/s.	08



MEMÓRIA RAM 16GB DDR4 Módulo de memória RAM; capacidade 16GB; tecnologia DDR4; frequência mínima de 3200MHz; voltagem 1.2V.

02

PRESÍDIO REGIONAL DE ITAJAÍ

DESCRIÇÃO RESUMIDA	QUANTIDADE
NOBREAK 1500VA SENOIDAL COM EXPANSÃO Nobreak monofásico; Onda Senoidal Pura ; potência 1500VA; entrada bivolt automático 115V/127V/220V; saída 115V ou 127V; mínimo de 06 tomadas; obrigatório possuir conector tipo engate rápido para expansão de bateria externa ; gabinete com ventilação forçada.	02
NOBREAK 3000VA SENOIDAL (HIGH-END) Nobreak de alto desempenho; Onda Senoidal Pura ; potência 3000VA; entrada bivolt automático; saída bivolt configurável ou 115V; mínimo de 07 tomadas; suporte a formato Torre ou Rack 19"; visor LCD frontal com status de carga e bateria; gerenciamento inteligente de bateria e conector para expansão de autonomia externa .	02
MÓDULO DE BATERIA ESTACIONÁRIA (KIT AUTONOMIA) Módulo externo de baterias em gabinete metálico; equipado com *Baterias Estacionárias de Ciclo Profundo (mínimo de 45Ah cada); totalizando tensão nominal compatível com os nobreaks solicitados (24V ou 48V conforme o modelo); inclui cabo de conexão de engate rápido (tipo Anderson).	01
HD INTERNO 4TB CMR (SERVIDORES/NAS) Disco Rígido Interno; capacidade 4TB; interface SATA III (6Gb/s); 3.5 polegadas; tecnologia de gravação *CMR (Conventional Magnetic Recording) ; próprio para uso contínuo 24/7 em sistemas NAS ou Servidores	01
MEMÓRIA RAM 8GB DDR4 Módulo de memória RAM; capacidade 8GB; tecnologia DDR4; frequência mínima de 2666MHz; voltagem 1.2V.	04

PRESÍDIO FEMININO DE ITAJAÍ



NOBREAK 1500VA SENOIDAL COM EXPANSÃO Nobreak monofásico; Onda Senoidal Pura ; potência 1500VA; entrada bivolt automático 115V/127V/220V; saída 115V ou 127V; mínimo de 06 tomadas; obrigatório possuir conector tipo engate rápido para expansão de bateria externa ; gabinete com ventilação forçada.	02
SSD INTERNO 120GB Unidade de estado sólido (SSD); capacidade 240GB; interface SATA III; taxa de leitura mínima de 500MB/s.	02
MEMÓRIA RAM 16GB DDR4 Módulo de memória RAM; capacidade 16GB; tecnologia DDR4; frequência mínima de 3200MHz; voltagem 1.2V.	02

PRESÍDIO BRUSQUE

NOBREAK 2200VA SENOIDAL PROFISSIONAL Nobreak monofásico; Onda Senoidal Pura ; potência 2200VA; entrada bivolt automático 115V/127V/220V; saída 115V ou 127V; mínimo de 07 tomadas (sendo ao menos uma de 20A); obrigatório conector tipo engate rápido (padrão Anderson) para módulos de bateria externa ; transformador isolador e proteção contra surtos de tensão.	03
MÓDULO DE BATERIA ESTACIONÁRIA (KIT AUTONOMIA) Módulo externo de baterias em gabinete metálico; equipado com 2 Baterias Estacionárias de Ciclo Profundo (mínimo de 45Ah cada); totalizando tensão nominal compatível com os nobreaks solicitados (24V ou 48V conforme o modelo); inclui cabo de conexão de engate rápido (tipo Anderson).	01
SSD INTERNO 120GB Unidade de estado sólido (SSD); capacidade 240GB; interface SATA III; taxa de leitura mínima de 500MB/s.	02

LOCAL DE ENTREGA: Rua Pedro João Pinto, s/n, final da rua, Bairro Canhanduba, CEP: 88313-047 – Itajaí/SC, e-mail: sr04cfrl@pp.sc.gov.br. Horário de recebimento: Dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 16h00. - **CPVI – Complexo Penitenciário do Vale do Itajaí – Tel.: (47) 3398-6196 (WhatsApp comercial).**

6.4. Garantia de execução do contrato



Será exigida garantia de execução do contrato, nos moldes do Arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/21, em valor correspondente a % do valor total do contrato?

(X) Não

() Sim

6.5. Garantia do produto/serviço, manutenção e assistência técnica

(X) Garantia e/ou assistência técnica

Especificar condições:

Conforme Código de defesa do Consumidor, Artigos: 18, 24, 26 e 50.

Garantia legal é de 30 (trinta) dias para produtos não duráveis. 90 (noventa) dias para produtos duráveis. Garantia do fornecedor é complementar à legal e deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses.

A Contratada deverá assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes do Contrato, como transporte do produto, identificação visual, manutenção e substituição do produto, caso acionamento da garantia.

Manter, durante a vigência da garantia, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas pela Lei 14.133/2021.

7. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

7.1 Da contratada

Obriga-se a empresa vencedora:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;



- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- n) realizar cadastro no Portal Externo do SGP-e (<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>) para que possa assinar eletronicamente com certificação digital TODOS os documentos firmados com a contratante (como realizar a assinatura digital: https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-via-portal-externo/).



- c) Nos casos de fornecimento por pessoa física, deverá ser observado o disposto no art. 5º, inciso III e parágrafo único, da Instrução Normativa nº 116/2021, devendo o proponente, ao apresentar sua proposta ou lance, acrescentar o percentual de 20% (vinte por cento) do valor de comercialização a título de contribuição patronal à Seguridade Social, para fins de melhor avaliação das condições da contratação pela Administração.

7.1 Da contratante

Obriga-se a Administração/Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação.

8. DO CONTRATO



8.1. INSTRUMENTO CONTRATUAL

- () Somente por assinatura de contrato
() Assinatura de Contrato + Contrato de Garantia
() Autorização de Fornecimento
(X) Outro. Nota de Empenho.

8.2. VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses contados da última assinatura, seguindo os preceitos do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021 quando extrapolarem o exercício financeiro.

A vigência será considerada encerrada, mesmo antes do prazo do item anterior, quando todas as obrigações forem cumpridas pelas partes.

8.3. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Gestor:

Nome: Anderson Luiz Teodoro
Cargo/ Função: Policial Penal/Superintendente Regional do Vale do Itajaí
Matrícula: 654.138-0/01
E-mail: sr04@pp.sc.gov.br

Fiscal:

Responsável: José de Ademar de Oliveira		Matrícula: 384.060-3
E-mail: pe07@pp.sc.gov.br	Telefone: 47 3398-6700	Penitenciária de Itajaí
Responsável: Álvaro Carlos Moraes Rodrigues		Matrícula: 634.095-4
E-mail: pr15caop@pp.sc.gov.br	Telefone: 47 3398-6750	Presídio Regional de Itajaí



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO VALE DO ITAJAÍ
FUNDO ROTATIVO REGIONAL DO VALE DO ITAJAÍ FR-04

Responsável: Rafael Westphalen Aranda		Matrícula: 619.422-2
E-mail: pr16caop@pp.sc.gov.br	Telefone: 47 3398-6185	Presídio Regional Feminino de Itajaí
Responsável: Bruna Meirelles		Matrícula: 654.559-9
E-mail: pr17caop@pp.sc.gov.br	Telefone: 47 3251-8280	Presídio Regional de Brusque

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1 Prazos

Prazo de troca de bens rejeitados: até 7 (sete) dias a contar da notificação;

Prazo de recebimento definitivo do objeto: até 7 (sete) dias a contar do recebimento provisório;

Prazo de liquidação do documento fiscal: Imediatamente após a certificação (recebimento definitivo) por servidor responsável;

Prazo de pagamento: até 30 (trinta) dias a contar da liquidação.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão a conta da dotação:

Órgão/Unidade Orçamentária	Subação	Natureza	Fonte
540090/ 54090	15673	Itens 01, 02, 03, 04: 44.90.52.30 Itens 05: 33.90.30.36 Itens 06 e 07: 33.90.30.26 Itens 08, 09, 10 e 11: 33.90.30.17	2.501.240.000

11. DO VALOR ESTIMADO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO VALE DO ITAJAÍ
FUNDO ROTATIVO REGIONAL DO VALE DO ITAJAÍ FR-04

O valor máximo estimado será de **R\$ 52.809,88 (cinquenta e dois mil, oitocentos e nove reais e oitenta e oito centavos).**

12. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Não se aplica.

13. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Nome: Jaison Roque Ribeiro da Luz

E-mail: sr04cfrl@pp.sc.gov.br

Telefone institucional: (47) 3398-6196

Anderson Luiz Teodoro
Policia Penal
Superintendente Regional do Vale do Itajaí
[Assinado digitalmente]



Assinaturas do documento



Código para verificação: **S3H15J0Y**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ANDERSON LUIZ TEODORO (CPF: 005.XXX.649-XX) em 07/05/2026 às 18:06:08

Emitido por: "SGP-e", emitido em 11/04/2019 - 11:32:56 e válido até 11/04/2119 - 11:32:56.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VKVVJJXzQwMzQ5XzAwMDIyOTY5XzlyOTc4XzlwMjZfUzNIMTVKMFk=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SEJURI 00022969/2026** e o código **S3H15J0Y** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.